



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Nº 2996/2024

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte quatro, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, sob a presidência de **GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Andréia Teixeira Camisa (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Elizabeth Peter Bertoglio (2ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDet**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; e Wilson Abascal Pastorini (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; Eveline Araújo Rodrigues (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Nelson Kalil Moussalle (1º Suplente), **SERGS**; Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Daniela Beling Pinheiro (Titular), **OAB-RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Juliana da Silva Lopes (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA:

Gabriela Brasil, **Secretária Executiva da SMAMUS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Escritório de Reconstrução – Apresentação: funcionamento e objetivo.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h20min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus: Boa noite, Conselheiros, Conselheiras que estão aqui conosco. São 18h20min, temos quórum. Então, declaro oficialmente aberta a nossa reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Esta reunião extraordinária que chamamos é no sentido de a gente poder compartilhar aqui com os conselheiros um pouco do trabalho do Escritório de Reconstrução, construído aí pra atuar nesses três eixos estratégicos da reconstrução e adaptação da nossa cidade, em função dessa realidade climática que a gente viveu e ainda, de certa forma, vive os efeitos dela. Então, para não tomar, naturalmente, o tempo das nossas reuniões ordinárias do Conselho, me propus a fazer uma apresentação em uma reunião extraordinária para que todos, enfim, tomem conhecimento, de certa forma, um pouco melhor desse projeto aí de futuro de cidade. Então, eu vou compartilhar aqui a

apresentação. Vou fazê-la ao longo aí de 10, 15 minutos e depois a gente abre para eventuais dúvidas. Uma reunião bem informal, mas no sentido da gente poder trazer esses pontos aqui que já foram compartilhados, apresentados aí em algumas outras oportunidades pra imprensa e pra sociedade de uma forma geral. Aqui a apresentação.

2. ESCRITÓRIO DE RECONSTRUÇÃO – APRESENTAÇÃO: FUNCIONAMENTO E OBJETIVO.

Depois me confirmem se tá todo mundo vendo, acho que estão vendo, né. Bom, do conceito do que a gente tem vivido no mundo, lembrando, não podemos tratar a Cidade de Porto Alegre de forma isolada. Isso que aconteceu, essa tragédia que se passou no Rio Grande do Sul, muitas cidades foram destruídas, totalmente destruídas ou parcialmente destruídas. Mas é uma realidade que se põe não só a Porto Alegre, mas também a outras cidades do mundo. E nessa perspectiva aí que a gente viu das cidades mais ricas, as mais pobres, sofrerem com os efeitos das mudanças climáticas, né. Temos exemplos nos Estados Unidos, os exemplos de Dubai, onde aeroportos ficaram embaixo d'água, na Itália, na Austrália, no Quênia, Miami, Japão, enfim, de dimensões diversas, mas efeitos extremamente adversos, impactando aí economias altamente desenvolvidas com capacidade, recursos financeiros, para se, naturalmente, reparar, se adaptar para esse tipo de fenômeno, mesmo assim, em que pese toda a sua capacidade de recurso, organização, desenvolvimento, mesmo assim são sujeitos aos efeitos climáticos, assim, como aconteceu no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Porto Alegre. Só lembrando desse efeito, para não tratar ele isolado na Cidade de Porto Alegre, o mundo, o Rio Grande do Sul como um todo também teve inúmeros problemas. E Canoas, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, São Leopoldo, vejam a região metropolitana com o sistema de proteção, concebido lá nas décadas de 60, 70. Mesmo assim, especialmente essas cidades aí da região metropolitana que tinham esse sistema de proteção, foram afetadas em maior e em menor grau. E aí, trazendo um pouquinho pra nossa realidade, aqui a Cidade de Porto Alegre, teve 30% do território que foi diretamente impactado. Disso, a gente tem cerca de 160.210 pessoas que foram diretamente afetadas. Isso números do censo, cruzado aqui com os outros dados que a gente tem, representando 93.952 domicílios, num universo de 20.781 moradias de interesse social que foram, afetadas. Claro que, desse número, a gente tem cerca da metade,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

quase a metade, 9.615 domicílios de interesse social que foram totalmente destruídos e 11.166 parcialmente destruídos. Claro, isso são números a partir de uma metodologia. Vaneska tá aqui conosco, fez esse trabalho de acordo com a cota, a condição, enfim, uma série de fatores pra se chegar a uma metodologia, nessa composição de números, especialmente, nesses núcleos urbanos informais. Essa habitação de interesse social, diretamente inserida no território que foi afetado, então, desses 30% do nosso território, 89 núcleos urbanos informais, os mais diversos aí, com habitações bastante precárias e por isso a necessidade de a gente pensar em projetos de reconstrução para cada um desses territórios, tornar eles urbanizados, melhores do que a realidade que a gente tinha até antes da enchente. Temos 417 equipamentos públicos que foram totalmente destruídos ou parcialmente. E nisso, a gente tem até então 314 mapeados, que são municipais. E aqui a gente tem alguns privados nessa grandeza, mas 314 são municipais, que exigem obras físicas de reconstrução; 1.081 km de vias públicas afetadas, também necessitando um forte esforço no sentido de recompor essas estruturas viárias afetadas. No sistema de proteção, então, como eu comentei, concebido aí pela União na década de 60, 70 ali, a gente também teve, um impacto nos diques, nas casas de bombas, nas comportas. Claro, em maior e menor grau, especialmente, naturalmente, casa de bombas, as estações internas de água bruta e de esgoto, afetadas, especialmente da identificação dessas falhas nessa concepção de projeto aí dos diques, que são projetos bastante antigos, concebidos aí em décadas passadas e por isso, houve, naturalmente, essas falhas. Claro, a dimensão, o tamanho do impacto nunca visto, nunca testada essa dimensão, por isso a necessidade de se pensar aí em recompor esse sistema, naturalmente, pensando num novo que envolva a região metropolitana, no mínimo a bacia do Guaíba, os afluentes. São mais de 300 municípios que envolvem a bacia do Guaíba. Falar em água, ela não fica sujeita à fronteira física do município. A água ultrapassa a barreira, por isso que tem que sempre pensar algo integrado. Pensar Tramandaí, pensar Lagoa dos Patos, pensar os rios, os afluentes todos. Mas aqui na Cidade de Porto Alegre esse sistema concebido, lá na década 60, 70, mostrou algumas intercorrências, algumas falhas e que a gente tá trabalhando agora na recomposição. Teve então um impacto econômico, também gigantesco, mais de 45 mil empresas afetadas. E a perda de capital foi de 6,6 bilhões e a gente perde cerca de 3,2 bilhões por mês, a iniciativa privada, pela não-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

normalidade da cidade, pelo não funcionamento dos equipamentos, das empresas, do comércio. Então, são magnitudes muito significativas que nos enseja um esforço muito grande, além do nosso fluxo tradicional de trabalho da administração para a gente recompor, porque se a gente não se for muito assertivo, no sentido de apoiar a iniciativa privada nessa recomposição, a gente afeta aí uma cadeia de emprego, renda, oportunidade pra todos que de alguma forma ou outra trabalham nesse mercado. E impactos, então, no setor público, mais de 12,3 bilhões, já mais do que o orçamento anual do município. Imagine que a gente não gastar nada para saúde, educação, serviços, folha, limpeza, lixo, poda, são os gastos fixos do orçamento do município, né, que são cerca de 11 bilhões, teria que não poder gastar nada absolutamente nesse dia a dia para poder investir nessa recuperação. Então, é um valor muito significativo, é maior que o orçamento do ano do município só no setor público, né. Isso envolve a reconstrução dos equipamentos públicos ali, cerca de 800 milhões, investimento em habitação, mais de 5,5 bilhões, a recuperação aí, um compromisso do Governo Federal de assumir esses investimentos em habitação, a recuperação dos sistemas de abastecimento de água, reconstrução, elevação dos diques, recomposição das perdas de arrecadação, expansão da infraestrutura de macro, drenagem, que são números muito significativos que envolvem essa recuperação da nossa cidade em função dessa tragédia que vivemos. Por isso, imaginando, entendendo o tamanho do impacto em cada uma dessas verticais econômicas no setor público, na habitação, na recuperação da infraestrutura, sistema de proteção, adaptação climática, econômico. Entendendo o tamanho disso, a gente, emergencialmente, constitui o Programa Porto Alegre Forte, no sentido de a gente organizar o nosso planejamento estratégico, tanto imediato, que foi conduzido, liderado aí pelo Prefeito, naturalmente, com o apoio de todos os secretários. E a gente trabalhou muito nessas ações emergenciais aí, estruturando primeiro os abrigos, salvando, naturalmente, com o apoio da população, ONGs, toda estruturação do processo de salvar essas vidas, que Porto Alegre foi muito exitosa pelo número de população afetada, que foi uma cidade que menos teve óbitos. Naturalmente, a partir disso, desse esforço gigantesco de a gente salvar essas pessoas que foram afetadas aí, estruturar os abrigos desde o banheiro químico, chuveiro, colchão, absolutamente toda infra necessária pra gente dar uma condição mínima para essas famílias. Naturalmente, o corredor humanitário pra chegar

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

145 alimento, pra chegar medicação na cidade de Porto Alegre, né. Os investimentos em
146 recolhimento do resíduo aí, já numa fase, logo na sequência, muito lixo produzido. E o
147 benefício da Estadia Solidária, também para aquelas pessoas que não tinham como voltar pras
148 suas casas, um aluguel aí mensal para as pessoas poderem procurar uma outra moradia para
149 ficar, permanecerem até que, efetivamente, se tenha uma condição de uma nova habitação,
150 mais de 15 mil famílias acolhidas. Recursos próprios do município sendo redirecionados, em
151 função da prioridade emergencial, num montante aí de mais de R\$ 380 milhões. Então, uma
152 ação muito assertiva naquele momento mais crítico da cidade. Toda a operação funcionando e
153 eu sou testemunha disso. Recebi grande parte aqui na Secretaria da Prefeitura, porque é o
154 ponto mais alto da cidade, muitos equipamentos foram afetados, então, aqui a gente montou
155 essa operação, trabalhamos de manhã, de tarde, de noite, final de semana, muitas vezes sem
156 dormir para a gente dar essa condição mínima para as pessoas, de estruturar toda essa logística
157 que foi nos colocada de uma hora pra outra. E que, naturalmente, não há dimensão de trabalho
158 que consiga, e equipe, dar conta dessa envergadura de tragédia, do tamanho que a gente viveu
159 em Porto Alegre. Muita atenção também à população, os animais que vinham dessas
160 comunidades que foram afetadas, enfim, toda essa estruturação foi feita emergencialmente aí.
161 E, claro, em paralelo a isso a gente também já trabalhando, a partir daquele momento mais
162 crítico no planejamento estratégico de reconstrução da cidade, adaptação dela para o futuro. A
163 dimensão do impacto é muito grande, as perdas econômicas são gigantescas no setor privado,
164 no público, na infraestrutura. Então, a gente precisou se reorganizar do ponto de vista de
165 gestão e estruturamos esse nosso planejamento estratégico em seis eixos verticais, né, que
166 envolve a recuperação da infraestrutura e dos equipamentos públicos, a estratégia habitacional,
167 que é a habitação de interesse social para as famílias que perderam as suas casas, a estratégia
168 urbana, que são os projetos urbanos resilientes, a estratégia econômica e financeira, a
169 recuperação das atividades empresariais, o financiamento da cidade, de tudo aquilo que é
170 necessário para a gente se recuperar. A estratégia climática, pensando a adaptação da cidade
171 para os efeitos do clima, não basta a gente se reconstruir, a gente tem que aprender com tudo
172 isso e se reconstruir, mas mais forte, mais adaptado para essa realidade e a estratégia da
173 informação, que envolve monitoramento e transparência, porque é uma dimensão de trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

174 muito grande, a gente não consegue fazer de uma hora pra outra. Então, é um desafio no
175 sentido da gente também se comunicar com a população onde estamos, para onde vamos,
176 porque a população às vezes não tem a clareza, essa distinção também dos entes federados, do
177 papel de cada um dentro desse processo, o papel do Estado, o papel da União e às vezes,
178 naturalmente, o Prefeito e a Prefeitura, ela está mais próxima no seu dia a dia e é mais cobrada,
179 em função das tragédias de tudo o que aconteceu. E é importante a gente fazer, às vezes, essa
180 separação, esse esclarecimento e por isso a importância da estratégia da informação.
181 Entendendo esse espírito de cooperação entre os demais entes, do papel diretivo e assertivo da
182 União em todo esse processo que recebe grande parte dos impostos que são recolhidos no
183 Brasil, cerca de 65% dos impostos aí que a gente contribui, 65, 70% vai pra União, cerca de
184 20% aí vai para o Estado e os 10% restantes são distribuídos aí entre todos esses municípios.
185 No entanto, a cobrança para a reconstituição, para a recomposição, infelizmente, ela não vem
186 nessa proporção, né. A proporção é muito mais, quase que 100% o Prefeito, a Prefeitura,
187 depois o Estado, depois a União. E quando a gente vive uma tragédia desse tamanho, dessa
188 magnitude, a gente tem que olhar um pouquinho para trás dessa base estrutural, do
189 recolhimento de impostos do Brasil, quem tem mais capacidade financeira para atuar nessas
190 tragédias. E não é à toa que a própria Constituição Federal assim estabelece o papel diretivo da
191 União, no sentido de proteger as secas, as enchentes, as inundações, por isso o sistema de
192 proteção concebido aí pela União, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, na década
193 de 60 e 70, mas que foi ao longo dos anos extinto. Não houve uma estruturação de um órgão
194 federal para o substituir nessa governança. Alguns municípios assumiram esse papel, outros
195 não, né. O exemplo da região metropolitana. Então, independente disso, vamos dizer assim,
196 considerando essa realidade, essa divisão aí de papéis e a importância da gente ter a União e
197 Estado, a gente estrutura o nosso planejamento estratégico aí, considerando as prioridades e as
198 necessidades. Aí, entrando um pouquinho em cada um desses eixos estratégicos que envolve a
199 infraestrutura e equipamentos públicos, a gente vem fazendo um trabalho de mapeamento de
200 todos os equipamentos municipais que foram diretamente afetados. A gente tem aqui, neste
201 exemplo de slide, 212 equipamentos, sendo saúde, educação, áreas verdes e equipamentos
202 sociais. Este número tende a aumentar. Nós já temos mais de 314 projetos mapeados. Em uma

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

203 monta na cidade de cerca de 326 milhões. Vejam que para a gente, efetivamente, fazer a
204 recomposição desses equipamentos que foram afetados, nós temos que fazer as vistorias, os
205 levantamentos técnicos, identificar se é a manutenção total, se a intervenção maior, se a gente
206 consegue usar regimes de preço vigente, se a gente tem que fazer projeto executivo,
207 orçamento, licitar, contratar. Vocês sabem, naturalmente, quem já em algum momento viveu
208 com obra, a complexidade que a gente tem para, efetivamente, dar início para essa obra,
209 privadamente. Agora, vocês imaginem nos órgãos públicos com a burocracia pública, com os
210 regramentos que existem, são necessários para que a gente dê transparência a todo o processo.
211 Então, tem uma complexidade muito grande para, efetivamente, a gente botar na rua essas
212 obras de recuperação. Vejam um exemplo aí, do Aeroporto, Trensurb e tantas outras empresas
213 públicas ou privadas que têm um tempo significativo aí pra fazer a sua recomposição,
214 efetivamente fazer as suas obras. E por isso, a importância da sociedade, todos saberem o
215 tamanho do nosso trabalho e a gente vem estruturando aqui, monitorando cada um desses
216 equipamentos no sentido da gente ser muito assertivo nessa recuperação. Criamos, a partir
217 disso também algumas ações no sentido de criar canais com a iniciativa privada para
218 participarem dessa reconstrução, né. Por isso, disponibilizamos aí a Plataforma Reconstruir
219 Porto Alegre, onde lá disponibilizamos uma série de projetos de equipamentos públicos de
220 praças, parques, escolas, postos, aptos a serem parcerizados, de tal forma que essa obra a
221 gente não conduza pelo poder público, ela seja feita pelo privado, para ser mais célere essa
222 entrega porque, realmente, há uma dimensão muito grande de obras para nós fazer e a nossa
223 capacidade é finita. Ela tem uma dimensão, então, por isso, a importância da gente ter a
224 parceria da iniciativa privada nesse processo pra que possam assumir um escopo de obras,
225 fazer essa recomposição e entregar para essa população. Por isso, temos a plataforma e já
226 temos alguns parceiros, como é o caso da Liberato Salzano aí, no valor de 14 milhões, que a
227 AmBev e Gerdau se dispuseram a assumir. No mesmo sentido a Orla também, trecho 1, trecho
228 3, Ipanema e Lami, com uma disposição aí da Multiplan, anteciparam os recursos aí que
229 estavam previstos para obras em frente ao Barra Shopping e distribuir aí esses equipamentos
230 públicos da cidade, que são cartões postais muito queridos por toda a cidade. A nossa auto-
231 estima de Porto Alegre foi totalmente afetada, então, já demonstrando êxito nesse espírito de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

reconstruir a cidade, de buscar esses parceiros privados para nos ajudarem nesse processo. A estratégia da habitação de interesse social para as famílias, então, que perderam as suas casas. A gente tem um universo, como eu comentei ali no início, de mais de 20 mil famílias aí que necessitam uma nova moradia. Mapeamos os imóveis, até 12.000 imóveis usados em Porto Alegre, aqueles que estão em construção no Minha Casa Minha Vida, aqueles que estão em fase de aprovação do município, onde a gente tá, trabalhando no sentido de aprovar novos empreendimentos nessa faixa de valor, para o Governo Federal poder cumprir a sua palavra aí de comprar esses imóveis, estamos naturalmente fazendo os devidos mapeamentos, os laudos técnicos, vistorias para configurar de fato essa demanda. Todos aqueles que perderam totalmente ou parcialmente as suas casas e a gente ter essa condição de levar junto ao Governo Federal, essa necessidade. Já aprovamos aqui, a gente tem ainda o número de 471, mas esse número atualizado aí hoje, é mais de 1.000 novas moradias, nessa faixa de valor de até R\$ 200.000, ou seja, né, se somam aos imóveis usados, mais de 4.000 que a gente tem ali, que eu comentei, mais aqueles 1.800 que estão em construção. Então, mais esses 1.000 que foram aprovados aí, que em cerca de 16 meses vão estar prontos. E tudo no espírito da gente criar, né, uma condição de produção de habitação de interesse social na cidade para essa necessidade. Vai mais de 20.000 unidades mapeadas aí que estamos fazendo os laudos. E mesma linha, instrumentalizando aí um processo célere de aprovação. A gente sabe da complexidade que é aprovar moradias populares na cidade. O mesmo regramento que a gente exige para grandes empreendimentos, infelizmente, é o mesmo processo que a gente tem para esse tipo de empreendimento. Então, há um esforço no município aí da gente produzir um procedimento célere, constituindo uma comissão especial para gerenciar, aprovar esses projetos. Enviamos também para a Câmara de Vereadores, é um projeto que vai ser certamente debatido em audiência pública em algum momento lá na Câmara de Vereadores, no sentido de a gente criar uma condição mais facilitada para empreendimentos, especialmente de faixa um, dispensando a outorga onerosa, o estoque ali de potencial construtivo, algumas questões de taxa de ocupação, regime, porque a gente sabe da dificuldade dos empreendedores para esse tipo de solução, aprovarem novos empreendimentos porque a ponta é muito apertada, né. A venda deste imóvel, ela é muito dependente de programas do Governo Federal,

261 né. Essa população não tem a renda, a condição de comprar diretamente essa moradia, então, é
262 um tipo de habitação muito vinculada aos programas federais e por isso, a conta é bastante
263 apertada. E nessa perspectiva de contribuir com esse processo, o município, então, propõe
264 essas alterações legislativas com o intuito da gente ajudar nesse processo, ajudar que a conta
265 se feche para produzir esse tipo de habitação para o Governo Federal comprar, então aí a
266 gente ter a condição de atender essas famílias que perderam totalmente ou parcialmente as suas
267 casas. Na mesma perspectiva, um eixo estratégico de recuperação da cidade, os projetos
268 urbanos resilientes, é o exemplo das Ilhas que a gente tá constituindo aí em cooperação com o
269 PNUD, um projeto estratégico aí de desenvolvimento sustentável, que envolve um plano de
270 ação emergencial, um plano urbanístico-ambiental, um plano de obras. Pensando que as Ilhas,
271 elas estão fora do sistema de proteção, são comunidades muito carentes aí. E a gente tem que
272 pensar um projeto urbano de, eventualmente, ter moradias mais resilientes, adaptadas, ter
273 obras no sentido de mitigar esse impacto a cada novo evento climático que venha a ocorrer e
274 soluções inovadoras. Eventualmente, alguns casos mais críticos a gente ter que realocar
275 algumas famílias, dando alternativa digna para essas pessoas. Então, há um esforço muito
276 grande no sentido de a gente fazer projetos urbanos resilientes para todos os territórios
277 afetados, começando aí para o caso das Ilhas que é o mais crítico, que fica fora do sistema de
278 proteção e depois a gente evolui para os demais territórios. Também, na mesma perspectiva aí,
279 pensando um pouco todo o efeito que tivemos no Centro Histórico, no Quarto Distrito, há
280 infelizmente, uma insegurança de novos empreendimentos naquele território em função de tudo
281 que aconteceu. E, no entanto, são áreas estratégicas para o crescimento da cidade, a gente já
282 tinha desenvolvido programas para o Centro, para o Quarto Distrito, no sentido de fomentar o
283 crescimento da população nessas áreas que têm equipamentos públicos disponíveis e uma
284 condição já habitada, é uma área urbana intensiva, tu cresce o crescimento para essa área e não
285 ocupa mais parte da área urbana ainda, ambientalmente sensível. Então, é uma maneira da
286 gente pensar o crescimento da cidade alinhado aí com a política climática. No entanto, há uma
287 fuga, uma insegurança jurídica em função de tudo que aconteceu e por isso a proposta de lei aí
288 no sentido de a gente ser mais assertivo nos incentivos urbanísticos, mostrando que o
289 município continua apostando nesse território, que os empreendimentos continuem ali

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

acontecendo e que a cidade continue crescendo e retome essa pujança que a gente tinha no Centro Histórico, no Quarto Distrito. E aí, falando um pouquinho das atividades empresariais de financiamento, a recuperação dessas atividades. Há uma série de medidas tributárias do município, inclusive foi remetido agora para a Câmara de Vereadores, acho que esses slides têm que atualizar, porque houve um projeto bastante recente que tá lá na Câmara de Vereadores, no sentido de a gente prorrogar ISS, IPTU, taxa de coleta de lixo, algumas parcelas, suspensões administrativas, uma proposta no sentido da gente minimamente apoiar aquelas empresas, as pessoas que foram diretamente afetadas. Então, por isso a gente tem que pensar esse eixo econômico e financeiro. E também um esforço aí de financiamento, mas de milhões para essa evolução e adaptação climática, são recursos significativos que a gente tá tentando antecipar aí, em parceria com outras secretarias para esse dinheiro efetivamente chegar na cidade e a gente poder fazer essas intervenções aí, face a necessidade, o tamanho do prejuízo que tivemos. E aí, falando um pouquinho em adaptação da cidade para os efeitos do clima, a gente vinha já trabalhando na política climática da cidade. Tínhamos feito em 2021 um inventário de gás de efeito estufa, mapeando todas as fontes emissoras e a partir dali, estruturando uma série de ações no sentido de mitigar essas fontes emissoras. Criando certificação sustentável, telhados urbanos, *rooftop* da cidade. Enfim, tantos exemplos aí, no sentido da gente reduzir essas emissões da cidade. E também, trabalhar o plano de ação e adaptação da cidade do futuro. Fizemos ainda, em 2023/24, a entrega do estudo de risco e vulnerabilidade da cidade, identificando quais os principais riscos climáticos e estamos trabalhando aí no plano de mitigação e adaptação no valor de 1,2 milhão de reais que a gente captou aí, junto ao Banco Mundial. E nesse trabalho de pensar a cidade do futuro adaptada e mais preparada a gente já tinha implementado aí a recuperação do Viveiro, investimento de mais de 5,7 milhões de reais, o plantio inteligente que está em curso, pensando a árvore certa adaptada nativa, mais preparada para essa realidade, que está também a pleno vapor aí, prevendo um número significativo de mais de 3 mil árvores por ano para serem plantadas, um plantio realmente inteligente. Investimos mais de 40 milhões aí na qualificação, preservação ambiental, monitoramento e gestão dessas áreas, pensando nesse planejamento climático. Naturalmente, em função da tragédia a gente, além daquilo que vínhamos fazendo, antecipa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

algumas ações que estavam previstas no plano de ação, que a gente tinha aí como escopo entregar ele no mês de agosto, a gente teve que repactuar um pouquinho aí os nossos prazos, mas esse planejamento que foi concebido em 21, 22, foi trabalhado ao longo de 23 e 24, indicando então diversas ações para adaptar a nossa cidade para essa realidade. A gente traz, então, aquilo que foi que estava sendo indicado como necessidade e antecipa já para este momento, nessa estratégia climática da cidade, aí contratando o sistema de medição e alerta de riscos, que envolve medição de chuva, nível dos rios, vibração do solo, comunicação em tempo real em dez pontos estratégicos da cidade. A gente deve estar contratando aí nos próximos dias esse sistema. Fizemos, estamos trabalhando aí em termos de referência, orçamento, cotação, para de fato a gente conseguir botar para a rua isso. Atualização do plano de contingência da cidade, que envolve uma estratégia de resposta ao risco, procedimento de alerta, evacuação, definições de rota de fuga, quais os locais de abrigo, mapa de doação, pontos de doação, a logística do transporte na hipótese da gente ter uma tragédia dessa, esperamos que não, mas nós temos que ter o nosso planejamento de contingência muito fortalecido para que a gente possa dar essas respostas à sociedade em menor tempo no caso de acontecer. O centro de monitoramento e previsão do tempo, também a estruturação do espaço físico ali da Defesa Civil, fazendo aquisição de softwares aí de monitoramento, contratação de técnicos especializados para poder operar esse software, para a gente não ficar tão dependente do Estado, da União, que tem essa capacidade técnica, condição, mas face o que aconteceu, entendendo o papel de cada ente, nós priorizamos esses projetos no sentido de a gente ter essas respostas de forma mais célere e assertiva para a sociedade, vendo como uma necessidade emergencial. No mesmo sentido, estamos trabalhando aí na contratação de todas as obras que envolvem a recomposição do sistema de proteção e naturalmente a atualização desses projetos para uma realidade mais contemporânea, mais atual, que envolve diques, casas de bombas, as comportas, o muro da Mauá. Como vocês sabem, tivemos algumas intercorrências, é o projeto muito antigo, concebido lá na década de 60, 70, pela União, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. A gente teve em alguns casos extravasamento, outros ruptura parcial, em alguns casos tivemos a falta de energia. As casas de bomba tiveram alguns alagamentos em função das falhas do dique, entrou água para dentro,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

assim como na casa das pessoas. Alagou as bombas que foram concebidas para um sistema que teria essa proteção integral dos diques, né. Os painéis elétricos, motores, naturalmente, foram afetados. As comportas, a gente teve alguns casos com extravasamento, rompimento. O muro não teve grandes intercorrências e estamos estruturando as soluções aí no sentido de ter estabilidade. A análise aí envolve sondagem, topografia, estudos geotécnicos, recomposição das cotas, a recomposição dos trechos, de alguns fechamentos, as fontes de energia exclusivas, coisas que não se tinha no projeto original e com essa tragédia que vivemos a gente identifica a necessidade de se atualizar e melhorar. Estrutura para receber gerador, vedação, proteção de eventual alagamento, que é subir essas cotas, painéis elétricos, motores, fechamento definitivo de algumas comportas, fechamento parcial de outras novas comportas, sistema de fechamento e vedação mais inteligente do que aquilo que foi concebido lá atrás. O próprio laudo estrutural do muro, aí para identificar eventual intercorrência. Isso eu estou falando do sistema de proteção existente, a gente melhorar ele para que tenhamos um sistema mais forte do que aquele que foi concebido lá atrás na década de 60 e 70. Naturalmente, quando se fala em sistema de proteção, temos que pensar o papel da União, do Estado, em todo esse processo, artigo 21 da Constituição, que deixa muito claro esse papel, a responsabilidade da União. E torno a dizer, por isso que foi concebido esse projeto de sistema de proteção pela União na década de 60 e 70. A água não tem o limite físico do município, nós temos que pensar a bacia do Guaíba, a gente tem que pensar na Lagoa dos Patos, a gente tem que pensar em dragagem para o Guaíba, para a Lagoa dos Patos, para os rios, afluentes, essa areia, lodo, enfim, que vem de todos os rios de todo o Estado. Uma governança no mínimo estadual de todo esse processo tem que ser e há uma necessidade urgente, nós estamos aqui fazendo um dever que entendemos como prioritário, independente da discussão, da competência da União, que a gente tem convicção e clareza dessa responsabilidade competência, mas o município tá evoluindo nesses projetos, porque entende a prioridade, necessidade e como isso afeta na vida da cidade, das pessoas que estão de certa forma vulneráveis, próximas a esse território. E por isso estamos evoluindo nessas contratações, estudos, tudo necessário, são obras complexas, mas nós estamos evoluindo aí com muito esforço, liderados pelo Departamento de Água e Esgoto, o DMAE, nessa concepção e execução dessas obras. E aí, o último eixo estratégico

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

deste projeto de recuperação, monitoramento e transparência. Lembrando, precisamos saber onde estamos, para onde vamos, desenvolvemos aí a plataforma de impacto das cheias, onde a população pode consultar vários quadros informativos ali dos impactos da população, das famílias socialmente vulneráveis, um antes e depois, um 3D, uma fotografia do satélite ali no auge da enchente no mapa da inundação da cidade, que foi primordial para a concessão de todos os benefícios que estão vindo, tanto do Governo Federal, quanto do Estado, quanto do próprio município. Há um trabalho muito grande ali do nosso time da SMAMUS, no sentido de organizar essa informação para poder entender o tamanho do impacto, organizar os nossos projetos, nosso planejamento estratégico do futuro. E agora, claro, na sequência, a gente também pretende nessa estratégia de comunicação, informação, desenvolver uma plataforma de monitoramento de todo o Programa Porto Alegre Forte, cada um dos eixos, todos os projetos mapeados, o que tem recurso, quanto entrou da União, quanto entrou do Estado, a participação de cada um nesse processo, o que a gente tem pela frente, para a gente ser muito assertivo no sentido de recuperar a nossa cidade. E para operar esses eixos estratégicos de recuperação da cidade, a gente então propõe e constitui o escritório, aprovado pela Câmara de Vereadores, de reconstrução e adaptação climática de Porto Alegre, que é dividido então em seis verticais de atuação. A gente tem uma coordenação de gerenciamento de projetos para cada uma das áreas estratégicas que eu apresentei de forma detalhada. Então, a gente tem a coordenação ali de gerenciamento de projeto de recuperação de infraestrutura, equipamentos, projetos de habitação, transformação urbana, recuperação econômica e financeira adaptação climática, dados geoespaciais e monitoramento. Então, temos dentro da estrutura do escritório essas seis coordenações que trabalham de forma permanente, gerencial, organizada, para a gente ser assertivo no sentido de operacionalizar essas nossas estratégias aí de recuperação da nossa cidade, que foram apresentadas e detalhadas por mim. Isso aqui é a estrutura um pouco de funcionamento do escritório. Há uma coordenação central, alguma estrutura de apoio administrativo e as coordenações que eu comentei em cada um dos eixos estratégicos, trabalhando aí no sentido de a gente viabilizar da forma mais célere possível a recuperação da nossa da nossa cidade, porque é uma dimensão sem precedentes aí que a gente viveu, desafio gigantesco. Mas há um empenho do time muito grande aí de fazer o seu papel, ajudar as



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

406 pessoas, salvar a nossa Porto Alegre, recuperar ela, aprender com tudo isso e tornar a nossa
407 cidade mais forte, mais resiliente, mais preparada, adaptada, para essa realidade climática que
408 se impõe. Em suma, senhores, este é o papel, o trabalho do escritório, em linhas gerais é o
409 nosso planejamento estratégico de atuação em cada uma desses verticais. Claro, que tem muito
410 trabalho pela frente, a gente está atualizando de forma constante esses números, entendendo a
411 dimensão de cada uma das áreas de atuação, o que tem que ser feito. Há um esforço
412 gigantesco aí no sentido da gente recuperar a nossa cidade. Se alguém tiver alguma dúvida,
413 por favor, faça a inscrição no chat para que eu possa oportunizar a fala e responder. Estou aqui
414 com duas das nossas coordenadoras do escritório de reconstrução, a Patrícia no eixo do
415 desenvolvimento urbano. Ali a Vaneska no eixo da informação e transparência. Também,
416 eventualmente, podem me ajudar em algum questionamento e dúvida que os conselheiros
417 tiverem. Tá bem? Temos inscrito ali o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Cacilda. Mais
418 algum conselheiro gostaria de se inscrever? E daí a gente oportuniza aqui as falas. **Felisberto**
419 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite,
420 Secretário. Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras. Aos que estão assistindo pelo
421 YouTube, né. Primeiro, lamentar que não seja uma exposição, de toda essa sua apresentação
422 não seja feito num espaço que as pessoas pudessem debater e propor algumas soluções para a
423 cidade. Os problemas da cidade só se resolvem com participação. Não há resolução de
424 problemas sem as pessoas que foram atingidas participarem. Não é uma questão só técnica, né.
425 É uma questão de também o conhecimento das pessoas que moravam e tem toda a sua história
426 nos bairros atingidos, nos locais atingidos. Então, eu acho que faltou isso nesse momento, essa
427 interlocução com os atingidos. Respeito todo o saber técnico, certo? Mas não devemos
428 desconhecer o conhecimento da população dos locais atingidos e porque que foram atingidos.
429 Então, é necessário, antes de mais nada, respeitar as instâncias de participação, aí falo no
430 Orçamento Participativo, as 17 regiões com um histórico de demanda e de problemas que
431 foram agravados pela enchente. Então, nós temos que ter um diagnóstico mais profundo e sem
432 a participação das pessoas nós não o teremos. Certo? Não é nada pessoal, mas eu continuo
433 dizendo, o saber técnico não pode estar desassociado das pessoas que vivem a realidade, que
434 conhecem o território e que vive o dia a dia no território. Sabe por que eles têm problema?



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porque falta transporte, porque falta escola, né. Então, as pessoas conhecem a sua realidade. Então, eu acho assim, devemos primeiro falar com as pessoas. Eu acho que as regiões do Orçamento Participativo deveriam ser ouvidas e deveriam ser chamadas, né. A segunda observação é com às regiões de planejamento. Ninguém foi ouvido! Eu até agora tô tomando conhecimento agora. Em nenhum momento, e a região que eu sou conselheiro eleito viveu o impacto dessa enchente. Eu próprio fui desalojado da onde eu moro, certo? Então, eu sou um desalojado, fui um desalojado e tive que morar na casa de um conhecido, um casal conhecido. Então, eu me sinto um pouco violentado, tendo a oportunidade só agora de explanar o que eu penso e da realidade que nós estamos vivendo, né. Eu espero que a cidade não seja reconstruída para os mesmos. Quando se fala em reconstrução, nós temos que reconstruir para aqueles que já não tinham nada e perderam o mínimo que tinham. Nós não podemos ter uma cidade para mostrar para o mundo, nós temos que ter uma cidade que respeite o seu o seu povo, as pessoas que passaram sacrifício. Eu sei que o impacto dos recursos é grande, que o Governo Federal tem que trazer recursos, o Governo do Estado também, mas não podemos esquecer a omissão e a negligência do poder público municipal. Muitas das coisas que aconteceram poderiam ter sido evitadas, né. Então, eu acho que a apresentação tá muito boa, mas nós precisamos debater e respeitar os conselhos, principalmente o CMDUA e o COMAM. Por outro lado, também o COMATHAB. Em que momento o COMATHAB foi ouvido? Eu penso assim, eu não sei qual é o tempo, Secretário, eu não quero... Qual é o tempo? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Olha, eu tô dando uma média de cinco minutos, né. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu me reinscrevo, Secretário. Dois minutos. Então, assim, entendo que quando se trata de habitação de interesse social, nós temos que ver os imóveis desocupados. Eu não vi nenhum momento na explanação algum dado técnico sobre os imóveis. Só no Centro Histórico nós temos mais de 11 mil imóveis desocupados e que poderiam servir pra habitação de interesse social, para amenizar o problema da cidade. Isso só no Centro Histórico. Na cidade nós temos mais de 110 mil imóveis. Não é dado do Felisberto, é dado do censo, é um dado oficial. Então, nós precisaríamos ter esses dados e ter uma política também de recuperação desses esses espaços. Outra coisa que eu não



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

queria deixar e depois eu me inscrevo, Secretário, é também as tais concessões de praças e parques, principalmente de parques. Qual a responsabilidade, quem recebeu a concessão e não fez as obras? Cito o caso do Parque Harmonia. Seremos nós a pagar ou a GAM-3 vai pagar, Secretário? Recebe uma concessão, a Orla, quem recebeu a concessão fez seguro pra enchente? Então, importante também ter a responsabilidade de quem se omitiu e não fez o que deveria ter sido feito, Secretário. Então, isso é um dado importante, não adianta conceder só o lucro e nada de responsabilidade. Eu não assumo o risco e aí passo pro poder público a responsabilidade, sabendo de que ali a cota era mais baixa, sabendo de tudo que foi alertado durante toda a concessão daquele espaço durante aquele projeto por várias pessoas, por mim mesmo como delegado da RGP 01. Então, Secretário, por enquanto era isso. Desculpe se eu me excedi um pouco no tempo, mas são tantas perguntas e tantas respostas que nós aguardamos. Me inscrevam para uma segunda, tá? Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Tá bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição ao debate. É importante só destacar alguns pontos, eu vou já respondendo, senão a gente acaba ficando em aberto e depois não consegue retornar. Especialmente com relação à necessidade emergencial de a gente produzir aí essa recuperação da cidade. A gente vive uma calamidade e as respostas têm que ser rápidas. Existem representantes democraticamente eleitos, o Prefeito que constitui a representação máxima da sociedade, a Câmara de Vereadores, os secretários designados pelo Prefeito e por isso o esforço de a gente responder rapidamente a essa demanda. Não há tempo e condição de a gente produzir todo um debate, uma discussão com a comunidade para aquilo que vai ser nesse momento. A gente tem que dar essas respostas rapidamente, porque vocês viram ali os números da perda, da não normalidade da cidade, mais de 3 Bi por mês. Então, a gente tem que usar essa representação eleita, essa validação que a sociedade dá para seus representantes de quatro em quatro anos e cobrar deles naturalmente essas respostas. É o que se espera da administração pública, que haja rapidamente. No mesmo sentido ali, respondendo especificamente com relação à Orla, Conselheiro. É o mesmo modelo do aeroporto. Houve uma tragédia climática sem precedentes, há um cálculo feito do que eles ganham mensalmente, o que investe. Há um reequilíbrio naturalmente dentro disso. O aeroporto não vai voltar a

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

operar sem necessariamente a União cumprir com o seu papel ali de contribuição naquele contrato. São contas que se criam. Da mesma forma a Orla ali com a concessionária, tem uma previsão especificamente para isso, no caso de uma calamidade, um investimento, uma necessidade. Eles recuperam ao longo do período da concessão esse investimento que é feito ali. Não há aluguel de lojas, de bar que vá pagar o investimento dessa envergadura e por isso a necessidade do poder público, e assim é em qualquer contrato de concessão. Evoluímos aqui. Agora a Conselheira Cacilda. **Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos e todas. Secretário, a minha pergunta é relacionado à estratégia habitacional. Vocês chegaram a pensar em alguma coisa e trabalhar com as entidades, associações e cooperativas habitacionais? E a outra pergunta seria a respeito dessa coordenação habitacional, que o senhor falou que já existe. Qual é a forma que a gente consegue entrar em contato? Como é que funciona? Seria isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Tá bem. Obrigado, Cacilda. Eu acho que para bem conduzir aqui o trabalho, eu vou deixar os conselheiros falarem e aí depois a gente faz, senão vou interrompendo, daqui a pouco algumas coisas que eventualmente os conselheiros queiram falar. E aí eu faço um corrido, depois a Vaneska, a Patrícia me ajudam e a gente faz as respostas. Na sequência a Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite. Eu anotei aqui algumas coisas que me preocupam ou que eu fiquei em dúvida. Uma das questões até o Felisberto abordou, que eu não ouvi falar em aproveitamento dos prédios e imóveis vazios. E acho que isso é fundamental. Nós não podemos, em função da urgência, simplesmente construir mais cidade e sempre com deficiências de atendimento em infraestrutura e, ao mesmo tempo, não aproveitar os imóveis que estão vazios. Então, acho que isso tem que ser enfrentado com bastante coragem, aproveitando justamente esse momento. Isso, uma coisa que fez realmente me preocupar, foi em função daquele prédio onde a Metroplan funcionava, que eu conheço bem o prédio e sempre a gente fica se questionando o tempo todo que está vazio. E nessa emergência, independente da situação, dessa em especial, mas me parece que seria sim um prédio que poderia ser aproveitado e assim outros tantos ali do Centro Histórico, que são, inclusive, prédios públicos, né. Então, até do ponto de vista de

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

522 soluções legais, talvez fossem mais fáceis. Mas, independente de questões específicas, eu acho
523 que o aproveitamento dos imóveis vazios e certamente têm imóveis aí para quem é renda
524 média e tal, porque muita gente também que sairia fora desses Minha Casa Minha Vida
525 também foram atingidas e gostariam talvez de mudar. Então, eu acho que a gente tem que
526 pensar nesses imóveis que estão vazios ou também os vazios urbanos, também no sentido de
527 que não se expanda mais ainda a cidade. Aí eu penso também na Zona Sul, que eu acho que é
528 uma região que sofreu muito com essa inundação e a tendência é que permaneça sofrendo,
529 porque por mais que se faça investimentos e ampliação do sistema de proteção, sempre vai ter
530 que ter uma ênfase onde é mais ocupado e a Zona Sul é imenso o espaço. Ninguém imagina
531 fazer um dique ou um muro na Praia de Ipanema. Então, acho que tem que pensar nesses
532 espaços e isso é uma das coisas que o Conselho certamente tem que se envolver e tem a ver
533 com a revisão do Plano Diretor, nós temos que pensar a fragilidade da Zona Sul para essas
534 inundações que certamente vão acontecer com bastante frequência. Claro que essa foi
535 excepcional, mas o ano passado não foi tão excepcional, foi grande, mas não foi tão
536 excepcional e foi muito complicado pra Zona Sul e nós continuamos expandindo a cidade pra
537 Zona Sul. Então, assim, acho que tem que ter um algum cuidado. E aí eu vi ali que tem um PL
538 de incentivo, de novo, mais ainda, para o Centro Histórico e para o Quarto Distrito. O Centro
539 Histórico é extremamente, totalmente construído e tal, talvez seja difícil de pensar outras
540 soluções, mas me parece que o Quarto Distrito tem que ser revisto. O projeto que existia,
541 pensando que talvez alguns espaços ali tenham que ser utilizados pra um reforço do sistema de
542 proteção, ou pra algumas estruturas de bacias de retenção, ou coisas do gênero, sei lá. Então,
543 assim, acho que tem que ter um pouco mais de cuidado nessa coisa do incentivo à ocupação
544 do Quarto Distrito, que é uma área que a gente sabe que tem problemas, independente de fazer
545 parte da área protegida. A gente viu que essa proteção pode ter problemas de novo. Vamos
546 contar que vai se colocar o sistema de proteção em dia de novo, mas, independente disso, a
547 tragédia foi muito grande nessa região. Então, acho que tem que ser pensado com um pouco
548 mais de cuidado esses incentivos para essa área. Da mesma forma, eu vi e me preocupo com a
549 com a região das Ilhas, que é uma região que não deveria estar ocupada e me parece, pelo que
550 eu vi, que tá muito na linha de continuar ocupação lá, simplesmente dar novas formas de

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ocupação, mas considerando a presença ainda de população e de população de baixa renda lá. Então, acho bastante complicado que a gente não aproveite essa oportunidade de tentar soluções para essa população, principalmente a população de baixa renda, que é muito mais sujeita a essas dificuldades. Outra coisa que ali foi lembrada também pelo Felisberto e pela Cacilda, que é a questão de geração de trabalho e renda para os atingidos. Então, acho que também tem que ser trabalhado, não foi talvez abordado, mas mais ou menos são essas as minhas primeiras colocações. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Jussara, pela contribuição. Na sequência, Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todas e todos colegas. Excelente explanação a respeito do projeto. A maioria de nós tinha dúvidas e aí alguns questionamentos, Presidente. Primeiro, essa questão dos diques, vai ser uma questão estadual ou federal dos diques e do assoreamento do nosso Lago Guaíba e os demais aqui na volta, tá? E reforçando o que os nossos colegas Jussara e Felisberto falaram com relação aos prédios públicos abandonados, eu entendo que sim, nós temos condições de fazer isso no Centro Histórico e rapidamente transformar prédios, como o do próprio INSS, que foi ocupado há uns dias atrás aí e tal, em moradias populares. De alguma maneira ou outra, até de poder trazer um melhor aproveitamento e o uso do Centro Histórico da capital. Por outro lado, teria que ter sido feito uma análise mais profunda, porque prédios como aquele nosso antigo da SPM, na Borges de Medeiros, esse não dá para atender a nós, enquanto trabalhadores, e os servidores, e a população em geral, para moradia muito menos, né? Aquele tinha que ser implodido, na minha opinião, pelas condições precárias que ele tem hoje. Seria essa minha contribuição, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Bem, obrigado, Conselheiro Jackson. Conselheiro Saffer, na sequência. **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos. Um assunto que eu queria comentar, e eu ouvi que já três conselheiros falaram sobre esse assunto, e a ASBEA tem trabalhado em cima desse assunto, já fez uma proposta oficialmente levada junto à Prefeitura, que até quero fazer uma complementação e vai entrar no rol das respostas que vocês vão dar que é exatamente sobre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a questão da reutilização das edificações, né? Então, nós fizemos várias reuniões, fizemos reunião com a Caixa Econômica, fizemos reunião com DEMHAB, fizemos reuniões com algumas entidades também do Quarto Distrito. E fizemos reuniões com associados da ASBEA, em São Paulo, para entender a lei de São Paulo, porque a gente trouxe como exemplo a lei de São Paulo sobre a reciclagem de uso. Então, existe a questão da reciclagem no nosso plano, mas hoje a gente tá querendo trazer algumas propostas mais efetivas que possa tratar, até pode o processo ser mais célere, mas principalmente também tem que ter um trabalho muito forte junto da Prefeitura, também junto à Caixa Econômica, porque existe um problema sobre a questão dos tamanhos mínimos para poder entrar na habitação, faixa um, ou dois, ou três, principalmente a um, né? E a gente vê que a tipologia da reciclagem hoje, quando tu pega, por exemplo, um prédio que é um hotel, ele é muito mais fácil de ser reciclado do que tu pegar um prédio que tinha apartamentos, comercial também. Se tu pega um prédio que são apartamentos residenciais, tinha apartamentos de, por exemplo, dois auditórios, tu não consegue fazer dois auditórios, outros dois apartamentos, porque não fica dentro da metragem. Eu acho que aí envolve muito também, uma participação muito grande do DEMHAB, e uma iniciativa, e uma vontade também da Prefeitura, porque a proposta que a gente tá trazendo como exemplo, que é de São Paulo, existe uma efetiva participação. Não só em nível de legislação, mas existe uma participação da Prefeitura no empreendimento, com valores. Então, é como assim, em vez de pegar e construir a habitação nova, como vários já citaram, é colocar uma verba dentro de algumas propostas de reciclagem, porque hoje o maior problema que tem, nós falamos com alguns grupos, que são poucos que fizeram incorporação no centro da cidade, tá? Um bem conhecido é do Kleber, Kleber eu acho que é o nome dele, se eu não me engano. E tem mais uns duas incorporadoras que trabalham, mas o maior problema é realmente é o custo dos imóveis, sabe? Porque independente dos imóveis públicos, que já facilitaria, mas existe todo um trâmite que eu acho que é muito mais burocrático. Se tu tenta comprar algum imóvel, um hotel fechado, um prédio abandonado, tá entendendo? Esse é um dos maiores problemas, é o custo desses imóveis. Então, a Prefeitura, a gente acha interessante ter essa participação com uma política habitacional, que poderia ajudar a viabilizar esses empreendimentos. Eu acho que a Patrícia participou dessa reunião, não me lembro, não sei se a Vaneska. Eu não pude

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

participar, mas a ASBEA apresentou esse projeto. A gente apresentou também, em algumas outras entidades. Apresentamos no Sinduscon, apresentamos no IAB, pedindo apoio dessas entidades a essa proposta, tá? Era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Presidente, em função de toda essa tragédia que aconteceu, uma surpresa absurda para todos nós, infeliz do prefeito que estava de plantão, foi o Melo. Poderia ter sido outro e a tragédia seria igual ou pior, mas postas as questões a gente tem que ver as atitudes que os entes públicos estão tomando. E essa atitude do governo municipal de criar esse grupo de trabalho com peso de secretaria, esse grupo que vai gerenciar a reconstrução em todos os seus detalhes. A gente sabe que é muito abrangente. Eu tive oportunidade de ver algumas vezes que tivemos na SMAMUS, alguma outra coisa que fui fazer dentro dos interesses do meu escritório, pude ver a quantidade de profissionais da Prefeitura envolvidos nesses levantamentos todos que o senhor apresentou para nós aí. A grande preocupação e responsabilidade de apurar quantitativamente essas coisas e tal, é um trabalho extremamente grande e importante, porque principal, porque ele nos dá a oportunidade de nós, daí organizados como Conselho do Plano Diretor, de interagir nesse grupo, de interagir nessa, que eu chamo de uma “secretaria extraordinária”, que se criou, colocando toda a expertise que tem aqui dentro. Nós temos uma quantidade muito grande de pessoas com muito conhecimento, assim como tem as grandes ligações, assim com o Orçamento Participativo, com as formas de participação popular. Ou seja, as condições para construir a reconstrução de Porto Alegre estão dadas e facilitadas por esse grupo que foi criado pela Prefeitura. Outra coisa que eu quero salientar é o seguinte, eu fico muito feliz quando o Prefeito coloca na cabeça desse movimento, na cabeça dessa estrutura, não um político, candidato a vereador ou seja lá o que for, mas uma pessoa que tem uma capacidade de agregar servidores para lhe ajudar num projeto que apresenta. Poderia o Melo fazer como outros fizeram, que estão botando um candidato a governador, pelo amor de Deus, isso prejudica as coisas, acaba tropeçando nos nesses interesses, né! O próprio Leite nomeou para o grupo de trabalhos deles uma pessoa que nós, foi nosso colega

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

638 aqui da UFRGS, foi nosso colega aqui no Conselho também, ou seja, preocupação com
639 técnicos, com pessoas capacitadas, com pessoas de alto desempenho, independente do
640 oportunismo político que a gente tem que se livrar de alguma maneira, ao menos tentar achar
641 uma maneira de isso não atrapalhar a coisa concreta que nós precisamos fazer. Eu tô muito
642 feliz por algumas coisas que eu tô descobrindo, que é a preocupação da Prefeitura com a
643 legislação da habitação de interesse social. Eu procurei, alguns colegas aí da Prefeitura para
644 externar algumas dificuldades que a gente tem para operar a questão dos projetos, dos
645 empreendimentos de habitação de interesse social ou interferem no custo. E fiquei
646 absolutamente surpreso e uma bela surpresa, quando eu me deparei que aquelas preocupações
647 que a gente tinha nos escritórios de arquitetura e tal, dentro dessa preocupação dos
648 funcionários da SMAMUS. Foi muito interessante. Foi muito bacana até, né? Quando eu fui
649 reclamar, por exemplo, que era impossível tu viabilizar empreendimentos, fazendo doação de
650 18% da área ou fazendo essa troca, seja lá o que for, levei duas sugestões. Uma sugestão
651 estava mais contemplada do que eu tinha proposto e a outra sugestão que eu levei é de
652 aprimorar a questão de fazer a troca por habitação no próprio local que já se usa, já tem lei tal
653 e tal. Mas eu fiquei mais surpreso, porque quando me disseram os índices, o percentual de
654 doação do empreendedor em relação ao imóvel, eu realmente tô esperando a portaria. Não sei
655 se é portaria, instrução normativa, tal. Como é e quando é que vem para nós começarmos a
656 trabalhar. Nós estamos cheio de coisas aí para contribuir nesse sentido da área. Estou falando
657 da área que eu conheço e que eu trabalho, que é a área de arquitetura. Mas no geral, foram
658 dadas as condições, estão dadas as condições pra gente gerir uma crise e tirar daí uma coisa
659 que nós não conhecemos, na verdade, que os caminhos que se conhece levaram ao que tem-se
660 hoje, principalmente por ignorar os fatos que ocorreram. E esse tipo de grupo, que se propõe
661 agora, que se abre agora, permite fazer aquela coisa que acontece nas crises que são levadas a
662 sério e que são admitidas, é a criatividade, a proposta de soluções daquilo que tu menos
663 imagina o que é que vai acontecer. Daí, enquanto menos espera aparecem soluções aqui,
664 soluções ali. Digamos assim, hoje é muito grande a quantidade de ideias que surgem de todos
665 os lados em relação a essas crises de enchente daqui, dali e ta. E como vêm elementos que a
666 gente vai, digamos assim, filtrando daqui e dali para adequar à nossa situação de Porto Alegre.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, quero dar os parabéns. Eu acho que tá muito em boas mãos esse trabalho da reconstrução. Conta comigo, conta com a gente, conta naquilo que for assim necessário que a gente puder ajudar. Meus parabéns a você, Germano. Aos colegas que eu tô vendo aqui, Patrícia, Vaneska. Eu sei que a gente não encontrava eles mais nos corredores, mas eles estavam trabalhando profundamente para chegar numa proposta interessante de reconstruir a cidade com criatividade, que o caminho que todos seguiram até agora, então, dá em nada. Nós precisamos de um caminho novo, criativo e realmente vamos sair dessa com a cabeça para cima. Parabéns, meu Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo carinho aí, pelas palavras. Sofremos ao longo desses últimos dias, meses aí, realmente para gente tentar estruturar um caminho, é desafiador pela frente, mas temos uma luz aí de perspectiva. Na sequência, Conselheiro Zago. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu vou muito na linha do que o Gomes falou, muitas das coisas que ele falou, que eu tinha até tomado nota para falar, mas eu acho extremamente importante a iniciativa de criar esses dois focos: o escritório para fazer frente a essa crise toda. O escritório de reconstrução. E também a lei que também, já está tramitando lá na Câmara e, por certo, decretos que estão por vir por aí, para facilitar com responsabilidade a produção de habitações de interesse social. Eu acho assim, é importante a gente entender que a cidade tem se espalhado muito, especialmente para que se pudesse, possa produzir as habitações de interesse social, para lugares onde o terreno, a área do terreno é mais barata, mais em conta para se comprar. Então, se produz, uma vez que é bastante apertada a conta, para fechar a conta desse tipo de habitação. Quando se cria a possibilidade de verticalização desse tipo de empreendimento e se dá estímulos através da outorga onerosa, sem custo, solo criado sem custo, e que se minimiza a questão das contrapartidas em havendo... Perdão, do pagamento de recompras em função do parcelamento do solo. E facilita esse pagamento de recompra através da aquisição de unidades do próprio empreendimento. Isso aí faz com que o mercado pare de se expandir para a periferia, consiga se concentrar mais próximo, onde tem a atividade econômica da cidade. Isso vai gerar a melhor qualidade de vida para as pessoas que vão estar morando, além de estar sendo removidas de áreas de risco. Vão



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

696 para lugares muito mais próximos do centro, onde acontecem as atividades econômicas. E a
697 cidade para de se espalhar. É um modelo que tá sendo gerido a partir da crise, mas que eu
698 acredito que precisa se implantar aqui. Eu sempre faço uma linha de corte. Em vez de se
699 expandir lá pro sul, pro extremo sul as habitações, por que não aqui próximo? Ary Tarragô,
700 etc. E por que não acontece até agora? Porque esses terrenos são mais caros, mas na medida
701 em que tu consegue comprar, equiparar os preços do terreno através de solo criado, sem ônus,
702 essas habitações podem ser feitas mais próximo aqui. Então, parabéns pela iniciativa. A
703 questão do escritório, azeitar a tramitação desses projetos todos. Nós fizemos um
704 levantamento interno no Sinduscon e tinha, no início do mês, no final do mês de junho, tinha
705 14.033 projetos em unidades em projetos dentro da Prefeitura para serem aprovados de
706 habitação de interesse social, Minha Casa, Minha Vida. Só esse escritório trabalhando no
707 sentido de facilitar com responsabilidade, que esses projetos tramitem e sejam aprovados, já
708 vai suprir uma grande demanda das necessidades geradas a partir da crise, em função das
709 enchentes. Com relação ao Centro Histórico e 4º Distrito, eu acho que nós não podemos
710 abandonar. Dizer, “não, olha, inundou, não tem solução”. Tem solução, sim. São áreas
711 importantíssimas da cidade em que tá se investindo um capital intelectual bastante grande
712 através da legislação que foi criada, dos decretos que estão por sair, regulamentando as
713 atividades desses locais. Nós não podemos abandonar. Nós temos que criar maneiras de
714 integrar, de reintegrar esses bairros, esses locais da cidade. No Centro Histórico especialmente,
715 e falando dos prédios que estão vagos, não abandonados, mas que estão vagos, a questão do
716 retrofit. Eu tive oportunidade de discutir algumas coisas com o pessoal da ASBEA, é uma
717 coisa bastante interessante, mas de alto nível de dificuldade para se conseguir fazer. Precisa sim
718 a participação do poder público. Eu acho que em vez de aporte de dinheiro para ajudar na
719 compra desses prédios, poderia fazer um modelo semelhante às áreas de interesse cultural...
720 Perdão, as matrículas que têm prédios listados de estruturação, ou seja, que se possa fazer a
721 transferência de potencial construtivo, a venda do potencial construtivo desses prédios para
722 financiar a compra. E eu começaria, esses retrofits, exatamente pelos prédios públicos, que tem
723 muita coisa que pode ser adaptado. Mas, em contas que nós fizemos, só a aquisição dos
724 prédios e mais o retrofit, propriamente dito, ultrapassaria ao valor de venda por metro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

725 quadrado dos prédios novos de Minha Casa, Minha Vida. Então, precisa sim uma intervenção
726 do poder público para que esses prédios, que estão vagos hoje, sem utilização, possam ser
727 utilizados. Então, reforço a confiança que temos em que esse projeto está em boas mãos de
728 reconstrução, está em boas mãos do Secretário Germano e dessa equipe que está trabalhando
729 com bastante afinco, tem demonstrado bastante capacidade de gerir soluções novas em crise.
730 Essa mesma equipe já foi testada lá por ocasião da pandemia, e muitas coisas novas surgiram
731 que estão sendo super testadas e aprovadas nos tempos atuais. E certamente toda essa
732 demanda que surgiu a partir das enchentes, dessa calamidade toda que tivemos no município,
733 certamente essas soluções também vão fazer muito bem pro município a partir de agora.
734 Então, parabéns a toda a equipe. E vamos em frente, pode contar conosco para aquilo que a
735 gente puder ajudar. Obrigado pela fala, pela oportunidade de falar. **Germano Bremm,**
736 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:**
737 Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição. Na sequência, a gente tem a Conselheira Ana
738 Cláudia. **Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto**
739 **Alegre – CDL-POA:** A minha colocação vai ser bem rápida. Em primeiro lugar, eu gostaria
740 de reiterar o que foi dito pelo Conselheiro Gomes e pelo Conselheiro Zago. Eu, toda a minha
741 vida profissional, tive um período afastada, não por querer, mas sim por ter assumido uma
742 atividade de outra natureza. Eu tive durante 25 anos um café de portas abertas. Mas de fato,
743 nunca me afastei totalmente da arquitetura, a prática diária de escritório é que eu estive um
744 pouco distante. Mas em todos esses anos que eu já sou formada, eu nunca vi tanta celeridade
745 nos processos, tanto em algumas aprovações de projetos. Claro, que não são todas, mas em
746 algumas sim, quanto nessa formatação desse escritório de reconstrução e já no
747 aprofundamento que a gente acabou de assistir na apresentação do Secretário. E é pouco
748 tempo, porque a enchente aconteceu há 2 meses, quer dizer, ela terminou há menos de 2
749 meses. Terminou o alargamento. Então, já ter um projeto, um programa de reconstrução assim
750 tão detalhado me parece uma coisa muito inovadora dentro da minha experiência. E, então,
751 mais uma vez, quero dar parabéns para vocês. E só uma outra questão que eu gostaria de
752 comentar sobre essa questão das Ilhas, é uma coisa que eu penso há muito tempo, antes,
753 inclusive, da enchente do ano passado, em outras pequenas enchentes que nada se compara ao



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que aconteceu no ano passado e pior ainda neste ano. Eu sempre tive esse olhar, bom, mas e aí eles estão, essas pessoas que vivem nas Ilhas vivem, estão instaladas em lugares que não poderiam estar, por todas essas questões que a gente está vendo e outras também, só que eles vivem isso historicamente de família, passando de pai para filho, eles vivem da pesca, eles vivem de pequeno artesanato e eles estão há 10 minutos do centro de Porto Alegre. Como remover essas pessoas para um outro lugar e dar a eles a mesma condição de trabalho, de acesso? Eu acho que é um tema muito complexo esse, que tem que ser olhado com muito cuidado e acho que é um tema que demanda recursos vultosos, realmente, porque se for o caso de criar no local um outro tipo de habitação, certamente ela para conseguir resistir à violência das águas, ela terá que ser muito robusta. Então, era fundamentalmente isso que eu queria comentar e mais uma vez dar parabéns para a Secretaria. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Ana Cláudia, pela contribuição aí, pelas felicitações. Extensivo a toda equipe, o nosso time aí que tem realmente se dedicado muito, liderado pelo Prefeito no sentido da gente produzir respostas rápidas. Sabemos, é um desafio gigante. Vivemos a maior tragédia da nossa história, mas a certeza aí de que a gente tem que sair mais forte, tem que aprender com tudo isso, se fortalecer, se preparar, porque essa realidade climática, infelizmente ela tem se imposto. A questão é a gente se adaptar, a gente estar organizado enquanto cidade, saber funcionar, ter respostas rápidas e, enfim, nada é por acaso nessa vida aí. Se a gente saber evoluir com o aprendizado, nós saímos mais fortes de tudo isso. Vaneska, o time aí tinha se inscrito. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Primeiramente, boa noite a todos. Acho que semana passada eu participei do Conselho, fazia tempo que a gente não tinha esses momentos de debate no Conselho. E fico muito feliz com essa retomada, e hoje ainda mais trazendo esses temas tão importantes que a gente tem trabalhado aí arduamente para enfrentar. Eu acho importante colocar alguns esclarecimentos, enfim, se ficarem ainda alguma dúvidas, entendo que todos os conselheiros têm o nosso contato, eu e a Conselheira Patrícia, como também conselheiros do Plano, estamos ali nos grupos. Bom, sempre também tivemos esse trânsito para poder encurtar essa distância quando surgem dúvidas específicas aí sobre o que está sendo discutido, também

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

783 agora aí pensando na reconstrução de Porto Alegre. Sempre estivemos disponíveis para
784 debates do planejamento urbano, agora também para essa reconstrução da cidade. Acho que
785 uma questão importante de ser esclarecida, que a gente entende e daí eu acompanhei ali alguns
786 questionamentos no chat e vou colocar aqui algumas questões. É que todos os dados, o que foi
787 trabalhado de modelos, as quantificações dos atingidos, tudo isso está disponível nas
788 plataformas que o Secretário mostrou ali, talvez rapidamente, mas que eu sei ali, como
789 conselheira, que foi encaminhado também na forma de apresentação pros conselheiros, onde
790 podem ser acessados. Em breve a gente vai estar disponibilizando também para download
791 alguns dados, para que isso seja disponibilizado, até para que as pessoas possam também aí
792 desenvolver outros estudos, também outras ideias de como contribuir para reconstrução da
793 nossa cidade e a gente poder democratizar esse acesso a essa informação. Uma questão acho
794 bem importante ser pontuada e eu tinha anotado aqui, a gente está falando ali na reconstrução
795 de Porto Alegre, a gente está falando da recuperação do patrimônio público como um dos
796 principais eixos, né, seja através do seu sistema de proteção sendo reconstituído, seja através
797 dos equipamentos públicos que vão ser recuperados. E aqui eu ouço algumas falas,
798 eventualmente, questionando o foco público nessas ações, mas justamente a gente está focando
799 na reconstrução para reabilitar esse sistema que é de prestação de serviço público, seja através
800 das unidades dos centros de atendimento da FASC, seja através das escolas, das unidades de
801 saúde, seja através do próprio sistema de proteção e da sua constituição que talvez seja aí uma
802 das questões mais importantes a serem pontuadas em relação a esse projeto. Acho que tem
803 outra questão também que foi levantada, que talvez possa passar a impressão e como eu sei
804 que essas reuniões, elas também ficam acessíveis e daqui a pouco a gente tem também outro
805 público que tem acesso a essa transmissão, é que os levantamentos técnicos e muitas vezes
806 talvez possa dar a entender, para quem não conhece o trabalho da equipe, que sejam
807 desenvolvidos no computador e longe dos locais de atuação, longe do território municipal, eu
808 gostaria de esclarecer que isso não é verdade. Seja através da Secretaria da SMAMUS, seja
809 através de parcerias e um trabalho conjunto que tem sido gerenciado com o DEMHAB, com a
810 própria Defesa Civil Municipal, tem se ido para esses territórios para realmente poder ter uma
811 visualização, uma medição do impacto que se chegou nessas regiões. E talvez isso seja bem



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

812 importante ser esclarecido, porque a gente está falando de um evento que não foi só de
813 inundação, né. Se fala muito da inundação, mas ele está caracterizado como um desastre de
814 chuvas intensas, que é um evento gradual que atingiu diversas áreas do município e não só as
815 margens do Guaíba e as margens do Gravataí. Como pode ter, talvez, dado a impressão,
816 quando a gente viu aí algumas simulações que sempre trabalhavam com o extravasamento
817 desses corpos principais de água. Então, esse levantamento em campo está sendo, estão sendo
818 coletadas fotos, muitas vezes esse levantamento fotográfico ele inclui fotos também dos
819 residentes. Então, por isso, a gente não pode dar transparência para esse material. Então, é
820 importante também entender que tudo que é visto é só uma ponta de todo o trabalho técnico
821 que é realizado para chegar naquele resultado que está sintetizado através das plataformas que
822 estão disponíveis. Entendo que esse é um esclarecimento bastante válido, quando a gente vê
823 aqui alguns questionamentos sobre qual a metodologia utilizada, como foi desenvolvido, então,
824 tudo isso está sendo debatido, inclusive com o governo federal, através da prestação de
825 informações que estão evoluindo aí para poder contemplar o máximo possível de pessoas. E a
826 preocupação do município é justamente não deixar ninguém de fora e principalmente alguém
827 que tenha sido atingido. E aí talvez tenha faltado citar, então cito agora, o trabalho também das
828 subprefeituras que têm mapeado ali junto às comunidades, tem trazendo demandas de áreas
829 que eventualmente não estavam inicialmente contempladas e que estão sendo agora estudadas
830 em razão do evento das chuvas que aconteceram aí no mês de maio em Porto Alegre. Eu
831 anotei aqui também a questão dos imóveis, né, óbvio que a questão da habitação, ela não pode
832 ser vista só através do fechamento de uma única estratégia. A gente não tem hoje aqui o nosso
833 coordenador da habitação, né, Secretário, mas me permite colocar essa questão dos imóveis
834 desocupados nas zonas urbanas, acaba sendo uma das frentes, porque a gente precisa
835 realmente amplificar as frentes, porque a gente tem aí 20.781 unidades hoje avaliadas que
836 foram atingidas, um número que a gente entende que inclusive é maior quando a gente for
837 começar a também acender essas outras áreas que foram impactadas para além do
838 extravasamento do Guaíba. Existem aí diversas questões técnicas, acho que os que me
839 antecederam aqui colocaram, tem as questões dos valores dos imóveis, das características dos
840 imóveis. A gente sabe que são questões também sociais de como essas famílias e a dinâmica da



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ocupação dessas famílias nessas residências funcionam para entender quais os modelos realmente podem atender essa população vulnerável, que agora ficou nessa situação, realmente emergencial. E isso eu falo assim, querendo realmente que vocês entendam que para nós é um trabalho realmente muito sério que a gente tem levado com toda a seriedade aí que ele merece, para que possa atender essa população. A gente conversa com essa população, a gente realmente sente e tem esse contato direto, que às vezes eu, talvez particularmente, me sinto um pouco incomodada de ser sugerido que de alguma forma esse trabalho não é feito com todo esse rigor, né. E acho importante pontuar que ele é feito sim dessa forma. Acho que aqui foram colocadas diversas questões, talvez também de sugestões técnicas, que eu não vou conseguir agora dar uma resposta a todas elas, mas entendo que todas as contribuições são bem-vindas. Então, talvez eu possa deixar aqui uma fala final para ocupar todo o tempo, já que a gente está quase aí 8 horas. É um convite para os conselheiros que possam submeter também ideias, sugestões, como é que a gente pode enfrentar toda essa questão. A gente tem tido muita colaboração da sociedade e acho que realmente é importante também o Conselho entender esse papel e poder também estar colaborando com a reconstrução da cidade. Eu anotei as contribuições que foram colocadas aqui hoje, com certeza, na medida do tecnicamente possível, elas serão incorporadas nas ações do escritório. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Vaneska, que é a nossa coordenadora aí do eixo da Informação. E trabalhou muito aí no desenvolvimento das diversas plataformas junto com todo o time e contribuiu muito para todo esse processo aí, toda a questão da mancha, auxílios, reconstrução, enfim, tudo que decorreu a partir daquilo ali. A plataforma do Reconstruir, enfim, toda a organização dos nossos dados aí para oferecer para a cidade. E a Patrícia também, próxima a falar aqui, nossa coordenadora do eixo de Projetos Urbanos Resilientes. Está concebendo aí toda a organização desses núcleos de ocupação informal, já desenvolvendo o projeto das Ilhas e estruturando aí todo o trabalho junto com o assunto da habitação, também para a gente ser muito assertivo, né, Patrícia? No sentido de garantir que o Governo Federal cumpra a sua palavra aí de dar essas moradias para as pessoas que perderam suas casas. Vamos ouvir a Patrícia, então. Patrícia? Não conseguimos te ouvir. Sem áudio. Quer vir aqui? Está pertinho?

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

870 Vem aqui, então. Felisberto, uma questão de ordem, mas a gente está quase no horário aqui,
871 então vamos ouvir enquanto a Patrícia vem aqui, Felisberto. Pode ser? **Felisberto Seabra**
872 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Além da crítica e das
873 observações que eu fiz, em nenhum momento eu discuti a capacidade técnica dos técnicos, em
874 nenhum momento. E me sinto ofendido às vezes quando a gente não tem capacidade de
875 questionar os dados, né? Como conselheiro eleito, eu tenho a obrigação e o dever de
876 questionar. Pode não agradar o meu questionamento, tá? Como não me agrada algumas
877 respostas. O Governo Federal tem que cumprir o seu papel, todos nós sabemos, mas há
878 problemas que já existiam antes da enchente. Áreas que não foram inundadas, como é que
879 ficarão os problemas dessas pessoas que também passam por problemas de transporte, de
880 habitação, de regularização fundiária? É muito simples pegar 12 bilhões, um número genérico,
881 certo, tá? 12 bilhões. Quando a gente sabe que há quase R\$ 800 milhões nos cofres da
882 Prefeitura, tá? A gente sabe desse dado. Então, não é por falta de recursos e eu vejo no Centro
883 Histórico todas as noites o trabalho no quadrilátero central. Estão fazendo obras. Depois de
884 uma enchente sem escutar as pessoas, sem escutar os comerciantes, sem envolver as pessoas
885 que foram atingidas. Pode alguém conhecer tanto o Centro Histórico como eu, mas mais do
886 que eu não. Pode ter certeza disso, são 70 anos morando ali. E por fim, Secretário, eu fico
887 muito chateado quando as pessoas dizem: "Ah, estão politizando partidariamente". Mas muitas
888 vezes o que se escuta aqui é sempre culpar o Governo Federal por omissão, mas não me
889 esqueço que antes do Governo Federal, havia o governo de outra matriz ideológica, né? E qual
890 o recurso que ele investiu durante a pandemia em Porto Alegre, tá? Qual o volume de recursos
891 que foi invertido na saúde, nas vacinas, qual foi a capacidade? Então, não se pode dizer e o
892 Governo Federal tem um escritório. Pode ter os seus problemas, eu também não concordo
893 com a compra de [Inaudível]. Eu acho que isso não é solução pro problema, porque as pessoas
894 vão para um lugar que elas não conhecem, elas não têm nenhuma identidade e perdem as
895 referências. Então, esse lado psicológico muitas vezes não é levado em conta, é um dado
896 fundamental [Inaudível], porque quando a gente perde as referências dos seus bens, da sua
897 história, o seu patrimônio, além do patrimônio material, tem o patrimônio sentimental e esse
898 não tem como recuperar, certo? O bem material a gente recupera, agora o sentimental jamais,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

certo? Então, a gente tem que ter esse olhar também com a vida das pessoas e é importante escutar as pessoas e construir as soluções com elas, porque isso vai dar sustentabilidade, vai dar pertencimento, sabe? Fala alguém que tem experiência em falar em regularização fundiária em Porto Alegre. Há vários exemplos de comunidades que deram certo: Jardim das Estrelas, o próprio Centro Histórico tem vários projetos de regularização fundiária que deram certo. Então, vamos nos mirar nos exemplos que deram certo e ouvir quem conhece a cidade também, tá? Não precisamos trazer ninguém de fora para nos ensinar a solução que nós começamos a implantar há muito tempo. Obrigado era isso, Secretário, agradeço mais uma vez. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição. Vamos ouvir a nossa coordenadora do Eixo Urbano e Diretora de Planejamento Urbano, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Boa noite a todos. Eu fiquei honrada com esse convite do Secretário para trabalhar com os projetos, projetos de transformação urbana. Sempre focado nos núcleos de urbanização informal, nas pessoas mais vulneráveis. E a nossa primeira tarefa, então, ficou, de fazer esse projeto das Ilhas, que ele já estava mais ou menos encaminhado dentro do processo de revisão do Plano Diretor, por demanda da própria comunidade, que tem um vínculo muito forte com aquele território. E aí, exatamente por isso que eu queria comentar a respeito do tipo de projeto que a gente está tratando ali. O nosso objetivo é fazer um projeto justamente focado para solucionar essas questões, essa questão da enchente, da questão da mitigação desses impactos, de buscar melhorar a convivência dessa população com esse território. Eventualmente tem alguma população sim que vai ser reassentada, mas tem uma população que tem uma relação com esse local e que a gente não pode simplesmente dizer que elas vão sair desse território. A solução de sair, vamos dizer, de, das pessoas não estarem nesse território, ela já foi tomada há muito tempo atrás e o resultado foi o que nós temos hoje: ocupações que ocorreram sem o controle e os regramentos adequados do próprio município. Então, a gente precisa pensar numa proposta sustentável e que a gente possa permitir que, construir essa proposta em conjunto com a população, que é isso que a gente está pensando agora, mas a partir de um estudo profundo, um estudo sério que vai realmente considerar as

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

características daquele local, tanto sociais quanto ambientais, e buscando, ah, melhorar a vida daquelas pessoas que estão ficando lá. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Perfeito, é isso aí, Patrícia, obrigado pela parceria desde sempre, está sendo maravilhosa junto com todo o time aí no sentido de oferecer respostas rápidas para essas pessoas que mais precisam. A Vaneska pediu pra se reinscrever também aqui, fazer uma conclusão. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Sim, já que a gente está nesse momento aí permitindo também essas inscrições. Acho que uma questão muito importante e eu acho que se a gente entrar no embate debate de quem tem a melhor qualidade de informação ou quem sabe mais, né, que eu acho que nem é a questão da informação, a gente entra num território muito perigoso. Então, eu deixo aqui um apelo, que eu entendo que a gente tem que confiar e talvez a gente ter que questionar justamente isso, as metodologias empregadas, mas dentro de um escopo assim, dos dados, do método científico que a gente tem defendido bastante, justamente para poder ter uma ideia da dimensão do que aconteceu em Porto Alegre. Porque a gente tem buscado também a informação das comunidades, tem visitado os territórios, mas como foi muito amplo e realmente tipo atingiu muitas pessoas e se hoje a gente dissesse, todo mundo que é Porto Alegrense dissesse que foi atingido em alguma medida pelos eventos de maio, não vai estar mentindo e foi atingido em alguma medida. Então, essas são questões, eu acho que realmente e eu entendo que tanto eu quanto Conselheiro Felisberto, quando a gente fala com emoção é porque a gente realmente se importa muito com a cidade e a gente está discutindo aqui o futuro da nossa cidade. A nossa preocupação, eu entendo que é a mesma, então a gente tem que se basear nisso. E vou colocar aqui que eu entendo que nesse momento, independente das posições que cada um de nós tem dentro deste Conselho, o Governo Federal tem um papel fundamental na reconstrução da nossa cidade. E isso é verdadeiro e a gente precisa que esse papel ele seja ocupado e seja desempenhado para a gente poder realmente construir o futuro da cidade. Obrigada, pessoal, novamente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Vaneska, por nos complementar aí na informação, bem, elucidada. Conselheira Cacilda, as cooperativas seguem como uma possibilidade dentro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

do eixo da habitação ali. A gente vem trabalhando muito na interlocução com o Departamento Municipal de Habitação, o DEMHAB, no sentido de a gente produzir essas moradias, tanto privadamente, tanto via cooperativa. Nós estamos ali mapeando terrenos, potencialidades. E devemos enviar, imagino que para Câmara, na sequência aí, uma proposta de lei autorizativa para a disponibilização desses terrenos, né, pras diversas soluções que eventualmente tenham. Então, é um canal aberto e permanente, a gente sabe que não é só um modelo de solução a compra assistida, os usados, a produção num local via cooperativa, enfim, é um leque que tem que ser desenvolvido e o nosso intuito aí com essa estratégia de que a gente possa facilitar todos esses caminhos, superar as burocracias para realmente atender essa demanda que é gigantesca aí de habitação de interesse social na nossa cidade, especialmente para todos aqueles que perderam aí totalmente ou parcialmente as suas casas. Senhores Conselheiros, obrigado pela oportunidade aí do convívio. Estendemos um pouquinho o horário, agradeço a todos. Ficamos à disposição aí no sentido de construir, detalhando cada vez mais essas estratégias. Obrigado, pessoal, boa noite. Tchau, tchau.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.